

A cosmovisão indígena e sua contribuição para um novo conceito dedesenvolvimento

Glacialva César Araújo de Andrade¹, Danielle da Silva Trindade², Américo Alvesde Lyra Júnior³
^{1,2,3} (Universidade Federal de Roraima, Brasil)

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma análise sobre sociedade, economia e desenvolvimento sustentável no contexto da Amazônia e sua relevância para o planeta. A reflexão apresentada parte do contexto geopolítico amazônico em especial aos povos indígenas existentes na região, sua cosmovisão e as possíveis contribuições que estes podem oferecer para a elaboração, discussão ou futuros estudos que indiquem um conceito de desenvolvimento que considere nova epistemologia e o aproveitamento de saberes oriundos de povos que historicamente se relacionam com a natureza e seus recursos. A reflexão parte de uma breve narrativa da influência das mudanças econômicas ocorridas na Europa a partir do século XVI que culminaram no que denominamos de doutrina liberal e, que definiu o atual modelo de desenvolvimento alterando a forma de como a humanidade se relaciona com a natureza. A reflexão posiciona a Amazônia como um bem global a ser preservado para assim desvelar nova epistemologia com base na cosmovisão indígena que possa contribuir para a remodelação do conceito de desenvolvimento frente aos desafios ambientais produzidos pelo moderno modo de vida das sociedades capitalistas.

Palavras Chave: Sociedade; Economia; Amazônia; Desenvolvimento Sustentável; Indígena.

Date of Submission: 01-03-2023

Date of Acceptance: 13-03-2023

I. Introdução

As mudanças na ordem social ocorridas na Europa nos séculos XVI e XVII produziram contínuos debates acerca das motivações de tais transformações e sua importância para a teoria do Estado. A natureza destas mudanças abriu caminho para novos conceitos sobre a forma de governo e esses novos conceitos influenciaram as relações sociais nos séculos posteriores.

Nesse cenário de transformação desenvolveu-se a teoria do estado liberal, introduzindo ideias inovadoras que consideravam o homem como passivo de direitos individuais e o Estado como agente e promotor do bem comum.

O papel do Estado era servir de veículo para a satisfação desses desejos através de um mercado que funcionasse livre e amplamente.

Rupturas e alterações da ordem social promovem o surgimento de novas ideias quanto ao papel do Estado, como ocorreu como a influência da doutrina liberal, conforme veremos a seguir.

No século XX, em especial a década de 80 consolida a nova ordem econômica mundial denominada de globalização e com ela a crescente demanda por recursos naturais a fim de suprir as necessidades de países industrializados. Diante desse desafio os países tiveram que adequar sua política nacional e seus relacionamentos no âmbito internacional a fim de obter vantagem na aquisição de matérias-primas. Diante desse cenário a região Amazônica se torna central quanto aos interesses da nova ordem internacional.

Considerando que mudanças econômicas produzem mudanças políticas e sociais, onde o inverso dos termos também é verdadeiro, conforme Amin (2015) “novos modelos de desenvolvimento e crescimento econômico foram exigidos e implementados tendo por base o paradigma da globalização”. Assim, é possível constatar que a globalização beneficiou e ainda beneficia a manutenção dos padrões de desenvolvimento dos países que já possuíam a hegemonia econômica e/ou militar no ambiente internacional, e estes imprimem seus padrões a países periféricos esemiperiféricos.

Especificamente sobre a geopolítica amazônica como estratégia do mundo globalizado, desde o período colonial a Amazônia tem sido retratada e entendida como espaço vital considerando sua extensão territorial, riquezas naturais existentes e potencial energético dentre outras características. É imperioso citar que a qualidade de “espaço vital” é definida no âmbito de um modelo de desenvolvimento desenhado para benefício das

potências econômicas dominantes e é esse modelo que está em confronto na reflexão apresentada neste trabalho.

1.1 A doutrina liberal e seus efeitos

Enquanto a doutrina clássica representada se preocupou em apresentar alternativas para mitigar consequências negativas da busca do homem em satisfazer os seus interesses, Adam Smith¹ apresenta uma justificativa para que o homem e a busca incessante e seus interesses se tornassem o foco nas relações. Sua argumentação lógica é baseada no comportamento humano e no desejo individual de consideração, sendo o fator econômico o principal veículo de tais conquistas.

Conforme apresentado por Carnoy (1988, p.36) a doutrina liberal desenvolvida sob influência do pensamento de Smith, apresenta três argumentos. Primeiro, o desejo do homem em melhorar sua condição, e essa melhora se dá através do aumento dos seus bens (acúmulo de riqueza, ganho material); Segundo, Adam Smith introduz uma lógica de ganho coletivo para a busca individual, defendendo que o homem agindo em seu próprio interesse (econômico) contribui para o bem-estar coletivo. Por fim, em seu terceiro argumento, Smith enfatiza que a o bem-estar coletivo ocorre devido a um resultado inconsciente da motivação individual.

Com estes argumentos, Smith valida a busca pelos interesses (econômicos) individuais como superior a quaisquer outros direitos, mesmo o direito à liberdade. Legitima os diversos meios de obtê-los e, ainda, insere a todos como solidários na busca da satisfação individual, tornando-os assim complacentes e tolerantes a todas as consequências das práticas desenvolvidas sob esse pensamento. A mesma plasticidade e tolerância se estende, inclusive, ao papel do Estado quando este promove as políticas econômicas no modo de produção capitalista.

Assim, para o mercado liberal capitalista, desenvolvimento passa a ser sinônimo de realização dos interesses econômicos. Por conseguinte, mudanças econômicas produzem mudanças políticas. O inverso também é verdadeiro.

O desenvolvimento da doutrina do Estado liberal considerava o homem como passivo de direitos individuais. O Estado deveria atuar como agente promotor do bem-comum. Assim, o direito da propriedade se consolidou e o homem (e seus interesses individuais) figuraram o centro das relações entre o Estado e a sociedade. Propriedade e interesses individuais são aspectos de afetaram grandemente as relações do Estado e da sociedade com o meio ambiente até os dias atuais. Como consequência o modo de vida também foi alterado.

II. A Amazônia Brasileira como parte do “Global Commons”

Destacamos aqui, um exemplo de como os efeitos da economia globalizada que explora os recursos naturais pode afetar diversos países, e, na maioria das vezes, de forma desigual.

O documentário “Tragédia dos Comuns” demonstra de forma didática como a relação com o meio ambiente é afetada pelas ações do Estado e da sociedade e como estas ações ameaçam um bem comum.

Em termos gerais a ideia de uma tragédia dos bens comuns demonstra que, cada homem, movido apenas pela busca do seu interesse individual obterá vantagem individual, no entanto, se não observados alguns limites, a busca individual ilimitada promoverá um dano coletivo. Nesse cenário, é papel do Estado intervir para garantir a sustentabilidade dos bens comuns.

Ruiz (2018) apresenta *Global Commons* da seguinte forma:

[...] a figura dos bens comuns globais também foi evocada com respeito a certos bens e recursos que, sem necessariamente estarem localizados em sua totalidade além das jurisdições nacionais, tem um **valor coletivo, indiscutível para toda a humanidade**. [...] “Tal é o caso, por exemplo, dos **grandes rios e lagos do planeta, das massas florestais que constituem seus pulmões, das paisagens naturais únicas que abrigam espécies e habitats insubstituíveis, de amostragens representativas de ecossistemas e áreas que constituem bancos privilegiados de diversidade biológica**. Uma vez que, todos os elementos essenciais do ecossistema planetário estão necessariamente interligados, a proteção e a preservação desses elementos devem ser garantidas como algo que pertence ao coletivo, que está ligado a ideia de bens comuns globais (RUIZ, 2018, p. 136, tradução e grifo nosso).

¹ Adam Smith, Adam Smith foi um filósofo e economista britânico nascido na Escócia. Teve como cenário para a sua vida o atribulado Século das Luzes, o século XVIII. É o pai da economia moderna, e é considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico.

As características da Amazônia Brasileira ratificam sua posição como parte do *Global Commons* carecendo da atenção internacional e de políticas de governança em âmbito global de forma a garantir o uso sustentável desses recursos, uma vez que, a tragédia da Amazônia será uma tragédia para o Planeta.

A Amazônia brasileira está sob constante ameaça de destruição dos recursos naturais, patrimônio cultural e extinção povos que figuram a geopolítica amazônica. Essa cominação descende do pensamento formulado na

base da sociedade capitalista e das políticas de um Estado liberal. O objetivo deste trabalho é apresentar novas perspectivas para as interações com o meio ambiente de forma sustentável, prevenindo o seu desaparecimento.

A necessidade de garantia dos bens comuns demonstra a urgência de que se estabeleçam novas bases de ecologia política, justiça ambiental e uma nova crítica às relações internacionais.

A dinâmica desse modelo de desenvolvimento e a intersecção internacional dos mercados internacionais produziram efeitos negativos na Amazônia. A exploração da agropecuária, da madeira e diversos outros recursos existentes na Amazônia serviram ao enriquecimento de pequenos grupos que concentram os lucros e a riqueza produzida pela exploração da região, produzindo índices alarmantes de desmatamento.

No que tange a práticas destas ações e o novo paradigma de desenvolvimento Loureiro (2014) alude que o novo modelo de desenvolvimento Amazônico afasta a floresta das práticas sustentáveis, tal como, possibilidades de manutenção de um bioma importante para a humanidade.

III. Desenvolvimento Sustentável

Para Veiga (2008), mesmo havendo evidências dos prejuízos causados pelo novo modelo de desenvolvimento, ainda é um desafio convencer economistas e políticos que o crescimento econômico não é suficiente para gerar desenvolvimento, ainda que na maior parte do mundo continue ser o principal meio para alcançá-lo. Além da consideração do PIB (Produto Interno Bruto) a inserção do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi uma alternativa inovadora de considerar outros fatores para avaliar o que seria desenvolvimento. No entanto, quanto a consideração do IDH para mensurar o desenvolvimento Veiga (2008, p. 17) observa que:

[...] mesmo antes da proposta desse índice, já se começa a perceber que a melhoria de vida das pessoas – pela renda, saúde e educação – não deveria ser obtida em prejuízo das futuras gerações, o que certamente ocorreria se as bases naturais dos sistemas econômicos – os ecossistemas – continuassem a ser degradadas. Ou seja, cresce a consciência de que o desenvolvimento tinha de ser compatível com a conservação da biosfera, satisfazendo as necessidades da população que habita o planeta atualmente, sem com isso comprometer a satisfação das necessidades das populações que o habitarão no futuro.

Ou seja, Veiga quer com isso deixar claro que a lógica economicista de calcular a alta taxa do PIB para medir desenvolvimento, seria incompleto se esse índice elevado não puder ser coerente com melhorias em saúde e educação. E, não apenas nestes aspectos, a mensuração de desenvolvimento também deve considerar a relação com o meio ambiente e a preservação dos seus recursos para gerações futuras. Um pensamento ainda pouco tolerado pelas elites na economia brasileira.

Para pensadores e ativistas otimistas, é possível conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Na sua lógica onde a humanidade primeiro destrói para se desenvolver, e uma vez “desenvolvida” (rica) passa a recuperar e preservar a natureza. Para Veiga (2008) o problema dessa hipótese é que ela supõe que, o que aconteceu num país deve acontecer em todos, o que não é verdade. Natureza, cultura, estilos de crescimento, circunstâncias em que ele ocorre, decisões tomadas, enfim, inúmeros fatores diferem de país a país e determinam seu destino.

Os pessimistas apresentam uma teoria mais complexa, baseada na **entropia** – uma lei da termodinâmica. Em linhas gerais, a humanidade transforma energia utilizável em energia não utilizável, seja qual for o tipo de energia. Uma lei implacável, considerada tanto na termodinâmica como na evolução darwiniana, que culminaria, em algum momento no tempo, na inviabilidade da espécie humana. Por fim, se a vida humana inevitavelmente será extinta considerar desenvolvimento como “sustentável” não faria sentido.

Não obstante a defesa dos pessimistas, é sobre os argumentos otimistas do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental e a especificidade de como isso pode ocorrer no Brasil é que consideramos a cosmovisão indígena - de pertencimento a terra e ao meio ambiente - pode oferecer importantes contribuições para um novo modelo de desenvolvimento com coerente preservação dos recursos naturais, frente ao consumismo que patrocina a fase moderna do capitalismo e a exploração da natureza.

IV. Outras perspectivas para pensar o desenvolvimento

É importante pensar a produção com base na necessidade real do indivíduo, não apenas como uma satisfação ilimitada de seus desejos. Essa lógica consumista-individualista urge em ser transformada mediante diversos problemas para atender esse modelo de vida e de modelo de desenvolvimento.

Leff (2021) defende que, é preciso imaginar uma economia cuja produção esteja baseada nas condições ecológicas do planeta vivo, fundado na potência da vida e da criatividade cultural dos Povos da Terra.

Enrique Leff (2021) confronta a justificativa dos pessimistas da seguinte forma:

A ordem tecnoeconômica hegemônica dominante que governa a insustentabilidade da vida é um mundo condenado pela lei-limite da entropia; Se o mundo atual é resultado e feito da história do pensamento metafísico que tem sido preso e moldado pela técnica, não podemos sucumbir a tal inércia fatalista da história,

do devir humano e do destino da vida. Devemos resistir a viver em um planeta desertificado, em uma terra de resíduos da vida que não garante uma existência humana digna, e sob uma atmosfera transformada em uma câmara de gases asfixiantes como se este fosse um destino inevitável. (LEFF, 2021, p. 33).

Com a possibilidade de finitude dos bens comuns globais algumas alternativas liberais foram adotadas para mitigar os impactos ao planeta e a sociedade. Há exemplo de adoção e comercialização de licenças, limitação de exploração, fiscalização e acordos e tratados locais, regionais e internacionais em diversas frentes. No entanto, com o que consideramos uma crise na atual fase do capitalismo, um mundo dominado pela racionalidade ambiental, um sistema econômico mundial que fomenta o consumo exacerbado, a exploração desenfreada dos recursos naturais para sustentar o modelo de vida atual, é que apresentamos uma nova epistemologia de enfrentamento a este modelo.

Leff (2021) ao citar Habermas, afirma que, um futuro sustentável não será produto de consenso de uma racionalidade comunicativa, mas a construção do futuro “requer abrir o mundo racionalizado a outras sensibilidades imaginárias.”

Assim, um futuro sustentável carece de uma interação de saberes que extrapolem as fronteiras do conhecimento, inter e transdisciplinar. De melhor forma Leff conclui que: [...] para superar este conflito e libertar a sustentabilidade da vida das correntes da tecnologia, teremos de controlar nossa vontade de domínio: arriscarmos a nos acercar da natureza, atrevermo-nos a acariciar o mundo e a *reerotizar* a vida. (LEFF, p.34, 2021)

Como contribuição para a construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento são apresentadas neste trabalho, de forma sucinta, duas visões epistemológicas que tem origem na figura de personagens indígenas e os registros da relação de seu grupo étnico e o meio ambiente em comparação as suas percepções do modo de vida do homem não indígena.

Ailton Krenak e o fim do mundo

Krenak² (2019) em seu discurso do sonho e da terra demonstra semelhante preocupação com o conceito da tragédia dos comuns apresentada por Garrett Hardin³, como ele mesmo registra:

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da

² Ailton Alves Lacerda Krenak OMC, mais conhecido como Ailton Krenak (Itabirinha, 29 de setembro de 1953), é um líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena crenaque. Ailton é também professor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional.

³ Garret Hardin, Garrett James Hardin (21 de Abril de 1915 – 14 de Setembro de 2003) foi um ecologista pioneiro no estudo dos impactos da população humana sobre a Terra. Seu artigo A Tragédia dos comuns, publicado em 1968 na revista norte americana Science, abordou a noção de que a miséria humana continuaria a crescer a não ser que fosse reconhecido que a quantidade de espaços aptos à sobrevivência humana na terra era limitada.

iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar. [...] A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. (KRENAK, 2019, p. 23).

Apesar da preocupação com a demanda de recursos naturais, Krenak apresenta com o alternativas para a construção de uma nova modalidade de desenvolvimento o enriquecimento da subjetividade do homem e o sonho – não no sentido onírico- como imprescindíveis à formação da cosmovisão, promovendo um novo aprendizado de si mesmo e sobre a vida. Promover a crença na mudança é uma das contribuições deste trabalho.

A reflexão exposta reforça a necessidade e a urgência da mudança de pensamento quanto ao modo de vida da sociedade atual e a disposição para acreditar que outras perspectivas são possíveis. De despertar o pensamento como alguém que participa da vida cotidiana como parte dela, não apenas como expectador ou analistas das condições que se apresentam. Como ferramenta intelectual de transformação social.

Como podemos observar as antigas teorias sobre o homem e o modo de vida não são imutáveis. Tudo pode mudar na humanidade, começando pelo pensamento. O que se torna extremamente desafiador considerando séculos de dominação de um pensamento eurocêntrico, mas sobretudo, provavelmente o mais desafiador seja a tarefa de considerar a validade do pensamento de povos originários historicamente discriminados pelo pensamento dominante, como um pensamento válido e útil para a vida da sociedade de onde

este é excluído.

David Kopenawa e a queda do céu

Bruce Albert antropólogo francês, ao longo de décadas registrou a cosmovisão de David Kopenawa⁴ construída na convivência em sua comunidade indígena Yanomami e a relação do “homem branco” - não indígena -com o meio ambiente.

Nas reflexões registradas ao longo de décadas, o Xamã⁵ Kopenawa identifica-se relatos das diversas formas como os colonizadores portugueses trataram os índios na sua chegada ao Brasil. Ora fazendo uso da violência, ora julgando-os como infantis, inocentes ou selvagens carecedores de civilização.

Ao discorrer sobre sua infância e os aprendizados na vida em comunidade, David Kopenawa demonstra uma relação profunda, por vezes mística, com o meio ambiente. Essa relação possui natureza de pertencimento ao meio. Ali residem suas origens e as heranças sociais e culturais desenvolvidas ao longo de suas vidas. O que contrasta, e muito, com a comparação feita por David Kopenawa quando visitou cidades europeias e norte americanas. Na sua percepção os homens destas cidades se tornaram incapazes de se conectar com o meio em que vivem. Essa incapacidade descende no modelo de vida em sociedade e da busca incessante pela posse de bens materiais.

Desta forma, Krenak e Kopenawa pressupõem alternativas que devem ser consideradas pelo homem: a mudança do pensamento e da forma de vida, o significado da posse de bens materiais e a relação com o meio ambiente e a crença de que as bases do capitalismo podem ser alteradas através de uma nova epistemologia.

Estes elementos indicam os caminhos rumo a novas perspectivas para a construção de um novo conceito de desenvolvimento na sociedade capitalista.

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficis, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os

⁴ Davi Kopenawa Yanomami é um escritor, xamã e líder político yanomami. Atualmente, é presidente da Hutukara Associação Yanomami, uma entidade indígena de ajuda mútua e etnodesenvolvimento.

⁵ “Xamã” é uma palavra usada para designar especialistas em rituais. É análoga a “pajé”, derivada por sua vez de termos das línguas tupi-guarani também utilizados na referência a tais especialistas.

brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (KOPENAWA, 2015, p. 6).

Enfim, conforme Veiga (2005) “procura-se uma solução de compromisso entre o industrialismo ainda exigido pela periferia e o pós-industrialismo já inaugurado no centro. Sejam quais forem os termos desse compromisso, uma coisa é certa: a velha utopia industrialista não é mais sustentável.

V. Considerações Finais

A atual política de governo do Estado brasileiro ainda é permeada pelo pensamento liberal europeu, a mesma lógica de desenvolvimento econômico ainda tem sido aplicada na política para a Amazônia.

Nesse pensamento o atual governo, desenvolve equivocadas políticas ambientais, retrocedendo ao modelo extrativista, promovendo a concessão de terras públicas a exploração do agronegócio e garimpos. Estas políticas produzem insegurança jurídica para os povos habitantes da Amazônia Legal, ameaça de esgotamento dos bens comuns globais afetando de forma negativa a posição do Brasil frente a comunidade internacional.

O retrocesso do posicionamento do Brasil no âmbito da comunidade internacional produz efeitos desastrosos nas parcerias e relações internacionais, promovendo a evasão de investimentos, desenvolvimento de pesquisas, dentro outros aspectos importantes ao desenvolvimento econômico nacional.

Nesse cenário, e, considerando o processo de internacionalização da economia, expansão das transações comerciais entre países e consequente alteração nas agendas diplomáticas dos Estados levaram novos atores a buscar participação no processo de tomada de decisão em política externa, o que significa que, sobre a Amazônia, a forma como o governo brasileiro se posiciona no cenário internacional, está em conflito com os interesses dos povos indígenas, sobretudo quanto a exploração dos recursos naturais em prol de um

desenvolvimento com produção predatória da Amazônia, o que ameaça os direitos e a vida das comunidades coexistentes ao meio, e, conseqüentemente todo o planeta.

Um cenário de crise econômica e alterações sociais que necessita de intervenções políticas no âmbito nacional e internacional, e nesse aspecto, de forma inovadora e inusitada a Conferência do Clima de Glasgow marca uma nova era da participação dos povos indígenas nas negociações internacionais sobre o futuro do planeta. Na contramão da diplomacia formal a indígena de 24 anos, Paiter bandeira Suruí propôs: "Temos ideias para adiar o fim do mundo. Acabemos com as mentiras", pediu ela.

Entre novas fórmulas de cálculo e metas de desempenho na COP26 era a voz, o sentimento e o pensamento indígena que protagonizava a defesa da floresta na mudança do clima. A cosmovisão indígena confronta a ordem econômica mundial e oferece a sua contribuição para um novo modelo de desenvolvimento. Um desenvolvimento que mantenha a floresta em pé.

Referências

- [1]. AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], v. 107, 23 p., 2015.
- [2]. CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. (capítulos 1 e 2) 2ªed. Campinas: Papirus, 1988. [pp. 19-62]
- [3]. KRENAK. Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.
- [4]. KRENAK. Ailton. Do Sonho da Terra. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.
- [5]. KRENAK. Ailton. A Humanidade que Pensamos Ser. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.
- [6]. LEFF, Enrique. Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução Jorge Calvimontes – Campinas, SP. Editora Unicamp, 2021.
- [7]. LOUREIRO, Violeta. Amazônia: estado, homem e natureza. 3 ed. Belém: Cultura Brasil, 2014
- [8]. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. Trad. de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, P.375-511.
- [9]. RUIZ, José Juste. La gobernanza de los global commons como patrimonio colectivo en el Derecho Internacional. Anuario Español de Derecho Internacional. v. 34, 2018, p. 133-149.
- [10]. Tragédia dos comuns e a solução liberal: Vídeo: Tragédia dos Comuns. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bbdYNQicSmQ>
- [11]. VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. Desenvolvimento Sustentável: que bicho é esse?. Campinas: Autores Associados. Armazém do Ipê, 2008.

Glacialdva César Araújo de Andrade. "A cosmovisão indígena e sua contribuição para um novo conceito de desenvolvimento." *IOSR Journal of Humanities and Social Science (IOSR-JHSS)*, 28(3), 2023, pp. 29-34.